



A produção acadêmica sobre Regionalismo no Brasil: características a partir dos resumos das teses e dissertações na área de Ciência Política e Relações Internacionais no período 1987-2021

Scholarly Research on Regionalism in Brazil: Characteristics from the Abstracts of Theses and Dissertations in Political Science and International Relations (1987-2021)

La producción académica sobre el Regionalismo en Brasil: características a partir de los resúmenes de tesis y disertaciones en el área de Ciencia Política y Relaciones Internacionales en el período 1987-2021

DOI: 10.21530/ci.v19n3.2024.1530

André Leite Araujo¹

Guilherme Augusto Guimarães Ferreira²

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



Resumo

O artigo apresenta e discute as características da produção acadêmica sobre Regionalismo nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) do Brasil. Foram analisados os resumos das Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado defendidas nos PPGs da Área de Ciência Política e Relações Internacionais, no período 1987-2021.

1 Pós-doutorando na UNESP. Doutor em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade de Bolonha. (andre.l.araujo@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9203-1247>.

2 Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). (gagferreira@unifesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3732-5661>.

Artigo submetido em 25/09/2024 e aprovado em 23/12/2024.





Argumentamos que o volume e as temáticas da produção acadêmica sobre Regionalismo estão atrelados à relevância que a Política Externa Brasileira dá ao tema e, especificamente, à alguma iniciativa regional, como visto com o Mercosul e a Unasul.

Palavras-Chave: Regionalismo; Produção Acadêmica; Relações Internacionais; Brasil.

Abstract

The article presents and discusses the characteristics of scholarly production on Regionalism within Brazil's Graduate Programs (PPGs). The abstracts of Doctoral Theses and Master's Dissertations defended in the Political Science and International Relations PPGs from 1987 to 2021 were analyzed. We argue that the volume and themes of scholarly work on Regionalism are linked to the importance that Brazilian Foreign Policy attributes to the topic and, specifically, to certain regional initiatives, as seen with Mercosur and Unasur.

Keywords: Regionalism; Scholarly Research; International Relations; Brazil.

Resumen

El artículo presenta y discute las características de la producción académica sobre el Regionalismo en los Programas de Posgrado (PPGs) de Brasil. Se analizaron los resúmenes de las Tesis de Doctorado y las Disertaciones de Maestría defendidas en los PPGs del área de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, en el período 1987-2021. Argumentamos que el volumen y las temáticas de la producción académica sobre Regionalismo están vinculados a la relevancia que la Política Exterior Brasileña le otorga al tema y, específicamente, a ciertas iniciativas regionales, como se ha visto con el Mercosur y la Unasur.

Palabras clave: Regionalismo; Producción Académica; Relaciones Internacionales; Brasil.

Introdução

Neste artigo, apresentamos e discutimos as características da produção acadêmica sobre Regionalismo nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Ciência Política e Relações Internacionais do Brasil. Para tanto, realizamos uma análise quantitativa e qualitativa dos resumos das Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado defendidas nos PPGs da Área 39 – Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES, no período 1987-2021 (CAPES 2023).





A articulação dos Estados em arranjos regionais, com distintos graus de institucionalidade, vem se acentuando no sistema internacional desde o final da Guerra Fria (Panke e Stapel 2023). Em particular, no Brasil, o regionalismo e as iniciativas de integração regional são temáticas centrais na política externa brasileira ao menos desde a redemocratização, sendo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) sua iniciativa mais expressiva. Apesar desta prática política, são raras as reflexões sobre a produção de conhecimento específico sobre Regionalismo no Brasil.

É bem verdade que, quando consideramos a área de Relações Internacionais como um todo, identificamos importantes esforços de reflexão sobre a produção de conhecimento no Brasil. Os trabalhos de Miyamoto (1999; 2003), Herz (2002), Vizentini (2005), Pecequilo (2017) e Lopes, Nicolini e Carvalho (2022) são exemplos de um esforço de compreensão das características da evolução da produção acadêmica e do ensino em Relações Internacionais no Brasil. O mesmo pode-se dizer do recente trabalho de Rocha (2023) que propõe uma análise cienciométrica sobre a produção em periódicos de Relações Internacionais no Brasil. Recentemente, tal esforço se desdobrou em compreender e discutir as abordagens metodológicas utilizadas na área. Destacam-se os trabalhos de Soares (2005) e Carvalho, Gabriel e Lopes (2021).

Assim, fica clara uma crescente tendência em realizar estudos de observação sobre a produção acadêmica brasileira em Relações Internacionais, no sentido de identificar macrocategorias sobre temáticas e metodologias mais frequentes na área. Ao mesmo tempo, contudo, são raros os estudos que direcionam o mesmo esforço na análise de subáreas das Relações Internacionais, tal como o Regionalismo. É essa lacuna, portanto, que este artigo busca preencher.

Utilizando a divisão de áreas de avaliação da CAPES, não ignoramos que teses e dissertações de PPGs de outras áreas além de Ciência Política e Relações Internacionais também podem abordar o tema do Regionalismo. PPGs de Sociologia (Área 34), Direito (Área 26), Economia (Área 28) e outros, certamente, possuem trabalhos vinculados ao tema. Como exemplo, as teses e dissertações do PPG em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) não são consideradas na nossa análise, dado que o referido PPG está vinculado à Área 45: Interdisciplinar da CAPES. Contudo, nosso foco está em compreender a realidade específica da área de Relações Internacionais e, portanto, entendemos que são reduzidos os prejuízos em não considerar tal produção.

O recorte temático partiu da definição de regionalismo proposta por Börzel e Risse (2016), que o definem como processo, predominantemente liderado pelo





Estado, de construção e manutenção de instituições e organizações regionais formais entre, pelo menos, três Estados. Afinal, como nos ensina Hurrell (1995), a década de 1980 foi marcada pela necessidade de repensar a variável dependente dos estudos sobre o que até então eram os estudos sobre integração regional que, a partir da compreensão do processo de integração na Europa enquanto uma experiência *sui generis*, se limitava aos estudos daquilo que Haas (1979) definiu como processo de desnacionalização das funções governamentais, isto é, de construção de instituições supranacionais.

No caso das experiências na América Latina e, mais especificamente, na América do Sul, tal esforço no sentido da compreensão da área como estudos sobre Regionalismo se faz ainda mais importante, na medida em que são poucas as experiências que, de fato, construíram a supranacionalidade. Assim, ao pensar a área a partir do conceito de Regionalismo, foi possível englobar os estudos que tratam das dinâmicas clássicas da integração regional (como os estudos sobre a União Europeia, por exemplo) e das distintas experiências latino-americanas e sul-americanas (Mercosul, CAN, Unasul e outras), mas também as discussões contemporâneas que marcam a área, vinculadas ao regionalismo comparado e ao inter-regionalismo.

A evolução dos estudos sobre Regionalismo no Brasil demanda explicação que não foi clarificada pela literatura corrente. Partimos do pressuposto de que a produção científica brasileira está relacionada com os impactos vistos na sociedade, isto é, a pesquisa é feita em resposta aos problemas que estão mais presentes. Desse modo, as dinâmicas próprias do Brasil vão se refletir nas pesquisas feitas localmente.

Por esse motivo, nossa hipótese e argumento central afirmam que o volume e as temáticas da produção acadêmica sobre Regionalismo estão atrelados à relevância que a Política Externa Brasileira dá ao tema e, mais especificamente, à alguma iniciativa regional em particular. Assim, os diferentes rumos dados à política externa pelo governo brasileiro de turno influenciaram e influenciam diretamente o que e como é estudado nos programas de pós-graduação na Área de CP e RI a respeito de Regionalismo.

Identificamos, nesta análise, que há correspondência entre as teses e dissertações e os principais marcos da Política Externa Brasileira. Desse modo, os trabalhos respondem a problemas contemporâneos que tem interesse e impacto para a sociedade. As variações de objeto de estudo vistas ao longo das décadas demonstram que a academia está conectada com a realidade prática referente ao relacionamento





que o Brasil tem com sua região. Os períodos de maior, ou menor, atividade do regionalismo são refletidos na preocupação acadêmica sobre o tema.

Subsidiariamente, identificamos que, do ponto de vista teórico, a área ampliou seu repertório teórico-conceitual. Para além das teorias tradicionais, baseadas na experiência europeia, outras perspectivas estão indicadas nos resumos dos trabalhos mais recentes. Nota-se que há esforços iniciais na direção do Regionalismo Comparado, acompanhando uma tendência global nesse campo de estudos.

Do ponto de vista metodológico, notamos igualmente que ao longo do tempo, as dissertações e teses paulatinamente demonstraram cuidado em indicar métodos e técnicas de pesquisa em seus resumos. Identificamos também maior diversidade de abordagens, tanto qualitativas quanto quantitativas. No entanto, esse é um aspecto que ainda carece de maior atenção, ao menos, quando da elaboração dos resumos dos trabalhos de pós-graduação brasileiros. Nas seções seguintes, apontamos que muitos trabalhos não mencionam explicitamente a metodologia utilizada em seus respectivos resumos e os que mencionam nem sempre o fazem de maneira criteriosa. Percebe-se, sobretudo, uma aparente confusão entre a indicação de fontes de pesquisa e métodos e técnicas de análise.

Ao oferecer uma visão geral sobre as características da produção acadêmica sobre Regionalismo nos PPGs em Ciência Política e Relações Internacionais do Brasil, esperamos que este artigo contribua para ampliação do conhecimento da academia brasileira de Relações Internacionais sobre a área, bem como possa subsidiar as discussões no âmbito da gestão universitária. Ademais, esperamos que este trabalho ofereça apoio àqueles que buscam, por meio da reflexão acadêmica, realizar ações no campo social, político e econômico com o objetivo de fortalecer o regionalismo.

A produção acadêmica em Relações Internacionais no Brasil: o que sabemos?

Conforme há aumento da produção científica, técnicas automatizadas como a bibliometria permitem compreender, de forma sistemática, as dinâmicas do que é publicado nas diversas áreas específicas do conhecimento (Sangalli e Kauchakje 2021). Através de indicadores quantitativos, é possível traçar comparações ao longo do tempo, que são complementadas por análises qualitativas dos resultados. A interpretação dos achados é uma contribuição para que acadêmicos possam





entender a evolução e o estado atual das pesquisas, mas também contribui para a gestão e alocação de recursos diante das dinâmicas vistas e mensuradas na área do conhecimento.

Nos últimos anos, o emprego das análises bibliométricas tem crescido e tem sido aplicada a distintas áreas do saber científico, como em análises sobre a evolução de um método, como faz Rihoux et al (2013), ou de uma subárea de estudos, como propõe Battacharya et al (2021).

No Brasil, apesar de antecedentes em outras áreas, as Relações Internacionais como campo de estudo autônomo foram estruturadas a partir da década de 1970. Sua evolução foi marcada pelos avanços, sobretudo, nos estudos de Política Externa Brasileira (Lopes, Nicolini e Carvalho 2022). A evolução da disciplina no Brasil foi caracterizada de forma ampla por Lopes, Nicolini e Carvalho (2022), que identificaram grande número de estudos a respeito do regionalismo latino-americano, algo vinculado à preocupação com as questões de inserção internacional do Brasil. Sainz et al (2024) detectaram que parte dos estudos de Relações Internacionais são produzidos dentro do macro-campo de Ciência Política, criando conexões entre os temas no Brasil.

Para compreender as técnicas empregadas nas pesquisas de Relações Internacionais no Brasil, Carvalho, Gabriel e Lopes (2021) analisaram o uso de métodos em artigos publicados em periódicos científicos, através de revisão sistemática da literatura. Suas conclusões apontam para um amplo uso de métodos qualitativos ou mesmo a não identificação de metodologia claramente especificada nos artigos. Estudo semelhante foi aplicado em revistas de outros países sul-americanos, mostrando o mesmo padrão na região (Medeiros et al, 2016). Também a subdisciplina de Análise de Política Externa teve sua trajetória, no Brasil e no mundo, analisada por Salomón e Pinheiro (2013).

Dessa forma, análises bibliométricas vem se tornando mais comuns nos últimos anos, visando mapear as características e a evolução do conhecimento. As contribuições feitas trazem o cenário acadêmico desenvolvido no Brasil em Relações Internacionais, porém a construção do Regionalismo se vê pouco explorada dentro das ferramentas de bibliometria. Deve-se registrar que os artigos disponíveis na base Scopus a respeito de regionalismo latino-americano foram levantados por Dall’Agnol, Batista e Carvalho (2021). Dois resultados que se destacam são: a preponderância do Mercosul como a organização regional mais estudada; e o uso intercambiável dos termos sul-americano e latino-americano. Estes resultados são analisados também no presente artigo.





Diante desse quadro, nota-se importantes avanços no mapeamento da atividade científica brasileira – em particular na área de Relações Internacionais. Entretanto, as subáreas de Relações Internacionais ainda carecem de investigações mais detalhadas. A atividade empreendida neste artigo avança na identificação da produção de Regionalismo, tanto através de indicadores quantitativos a respeito dos trabalhos de pós-graduação quanto por meio de uma análise qualitativa, que rastreia a evolução da subárea de estudos no Brasil através dos resumos das teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Metodologia e Fontes da Pesquisa

Este trabalho tem como principal fonte de dados o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Trata-se de uma plataforma de livre acesso, na qual constam todos os trabalhos de pós-graduação defendidos no Brasil desde 1987 (o ano de cada observação é o ano no qual a dissertação ou tese foi defendida), o que oferece vantagens pela sua ampla cobertura em todo o território nacional, abarcando instituições públicas e privadas, bem como todas as áreas temáticas³.

Nesse sentido, se constitui como a principal referência para analisar os estudos em nível de pós-graduação no Brasil, em perspectiva histórica, não havendo registro de bases de dados com a mesma dimensão para períodos anteriores. Com o objetivo de realizar uma análise longitudinal que captasse as dinâmicas nos estudos sobre Regionalismo, foi decidido que o recorte temporal abrangeria toda a base de dados disponível, isto é, de 1987 a 2021. Nesse período, foram registrados 1.401.083 trabalhos, em todas as áreas do conhecimento.

Tal recorte temporal é significativo não apenas pela disponibilidade de dados, mas também pelo fato de que acompanha a maior projeção internacional do Brasil e sua estratégia para a região latino-americana, cujo principal marco foi a fundação do Mercosul em 1991. Ademais, a partir da década de 1990, há estruturação dos cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil em maior número, pois até então a quantidade de ofertas formativas na área eram reduzidas. Sendo assim, o recorte temporal se justifica pelas dinâmicas próprias nos estudos de pós-graduação a respeito de Regionalismo, assim como

³ Os dados utilizados nesta pesquisa estão disponíveis, para replicação, no Repositório de Dados de Pesquisa da Unifesp e podem ser acessados em: <https://hdl.handle.net/20.500.12682/rdp/T89W7N>





pelo desenvolvimento de novos processos regionais – como a consolidação da União Europeia, a fundação do Mercosul e do Nafta, além da reforma da Comunidade Andina, entre outros casos. Considerando o recorte temporal até 2021, os anos mais recentes apresentaram desafios nesses mesmos processos, com questionamentos à dinâmica regional e retrocessos institucionais.

Em termos substantivos, foi feito um primeiro filtro que restringiu a análise à área de “Ciência Política e Relações Internacionais”, na qual há 9.955 casos – ou seja, apenas 0,71 % dos trabalhos de pós-graduação no Brasil estão classificados nesta área. A partir desta base de dados, selecionamos todas as observações que continham as expressões “regionalismo”, “integração regional” e/ou “inter-regionalismo”. A limpeza dos dados foi concluída com a exclusão de trabalhos que tratavam de outros sentidos desses termos, tratando região como ente federativo ou outra forma de organização subnacional. Isso posto, o banco de dados foi reduzido a 258 casos, que é o conjunto que analisamos neste artigo e que representam a produção acadêmica sobre Regionalismo na área 39 – Ciência Política e Relações Internacionais.

Para as buscas, foram utilizados os termos em português, inglês e espanhol, que são os três idiomas com maior produção nos PPGs no Brasil. A esse respeito, cumpre salientar que 250 casos (97%) na nossa amostra são em português, havendo 6 em espanhol e 2 em inglês.

É importante notar que outras dissertações e teses que abordam Regionalismo existem fora do recorte colocado neste artigo. Ao ser um tema complexo e interdisciplinar, é frequentemente investigado em outras Ciências Humanas – como Direito e Economia. No entanto, a escolha por refinar a base de dados para a área de “Ciência Política e Relações Internacionais” se justifica para compreender a trajetória do Regionalismo como subárea de Relações Internacionais, abordando sua evolução intelectual e acadêmica e quais foram os esforços teóricos para consolidá-la no Brasil. Por esse motivo, apesar dessa decisão restringir o número de casos analisados neste artigo, mantém o foco sob a perspectiva da disciplina de Relações Internacionais, ainda que o objeto de Regionalismo seja estudado por outras áreas do conhecimento. Os autores reconhecem a importância das demais pesquisas que, dentro desse recorte, não foram incluídas na análise, mas contribuem para a ampliação do conhecimento nessa área.

Foram utilizadas ferramentas de estatística descritiva e de visualização de dados como recursos para a análise bibliométrica conduzida neste artigo. Sendo assim, um dos pilares do artigo baseou-se em uma perspectiva frequentista





para verificar a ocorrência de termos específicos nos resumos dos trabalhos de pós-graduação e captar padrões ao longo do tempo. Adicionalmente, os autores realizaram, de forma independente entre eles, a leitura dos resumos para interpretar seu conteúdo, com o objetivo de identificar a evolução de como o Regionalismo foi abordado. Sendo assim, abordando o tema com métodos mistos, foi possível combinar vantagens tanto qualitativas quanto quantitativas para obter os resultados que melhor respondam ao problema de pesquisa deste artigo.

O emprego de formas automatizadas de análise permite a mensuração da literatura acadêmica em grande escala e a identificação dos principais indicadores bibliométricos (Sangalli e Kauchakje 2021). Entre as variáveis analisadas estão: ano de defesa; programa de pós-graduação; instituição de ensino superior; título; tipo de produção; palavras-chave; nome do discente; nome do orientador; estado da instituição de ensino superior; número de páginas; idioma; e resumo. Desse modo, trata-se de uma sistematização das informações que facilitam a interpretação tanto no nível macro quanto na identificação de casos específicos para a análise qualitativa aprofundada. A decisão por analisar os resumos se dá pela disponibilidade de informações no catálogo da CAPES. Ali, não são disponibilizados os textos integrais, de modo que os resumos são as amostras mais extensas que permitem análise quantitativa e qualitativa de cada trabalho. Considerando a palavra como dado, analisar o maior texto disponível permitiu ter mais informações que refletem os estudos conduzidos sobre Regionalismo.

A produção acadêmica sobre Regionalismo no Brasil: dimensão quantitativa

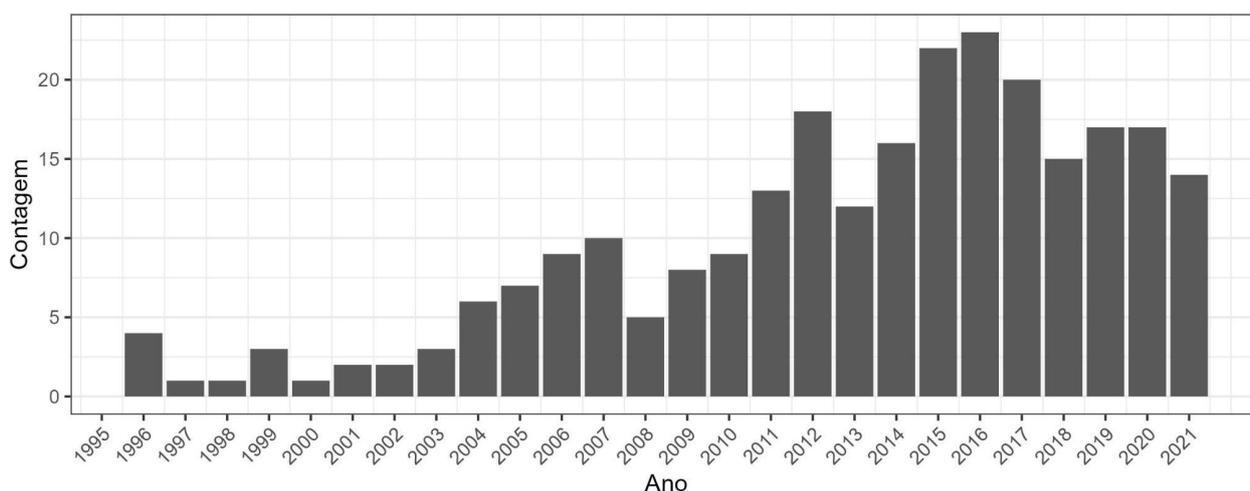
Primeiramente, deve-se entender quais as dimensões do fenômeno analisado. O campo de Regionalismo é razoavelmente novo e pouco estudado no Brasil. Os primeiros trabalhos que mencionam o tema foram registrados em 1996. Considerando os prazos até a defesa de um trabalho de pós-graduação, esse fato corrobora a nossa hipótese de que o tema está relacionado com os rumos da política externa brasileira. Isso porque em 1991 foi fundado o Mercosul, tornando a participação em um arranjo regional uma realidade para a sociedade brasileira. A partir do início da década de 1990, houve debates mais frequentes a respeito da estratégia internacional para a América do Sul e isso se reflete nas





primeiras defesas de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado no campo de Regionalismo.

Figura 1. Número de Dissertações e Teses Defendidas por ano (1987 – 2021) na área de Ciência Política e Relações Internacionais contendo Regionalismo, Integração Regional ou Inter-regionalismo no resumo



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Na Figura 1, nota-se que há 4 trabalhos inaugurais em 1996 que foram seguidos, ao longo da década de 1990, por uma quantidade reduzida de produção. A partir dos anos 2000, o número de trabalhos aumenta e, apesar de algumas variações, segue uma tendência de alta até seu pico em 2016, com 23 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas. A partir desse momento, a produção inicia uma queda até 2021, quando atinge níveis semelhantes aos da década anterior. Portanto, Regionalismo é um campo pequeno no Brasil, mas que apresenta crescimento ao longo das últimas décadas, sendo construído paulatinamente e de forma distinta a outras perspectivas, como Estudos de Área.

Essas dinâmicas acompanham a evolução que houve na política externa do Brasil ao longo do século XXI. A maior projeção internacional na primeira década e o lançamento de novas estratégias de cooperação regional e de inserção no sistema internacional são refletidos no aumento de trabalhos de pós-graduação que analisaram esses fenômenos. No final dos anos 2010 e início da década de 2020, as alterações na estratégia internacional brasileira são vistas também na diminuição do interesse de pós-graduandos a esse respeito.

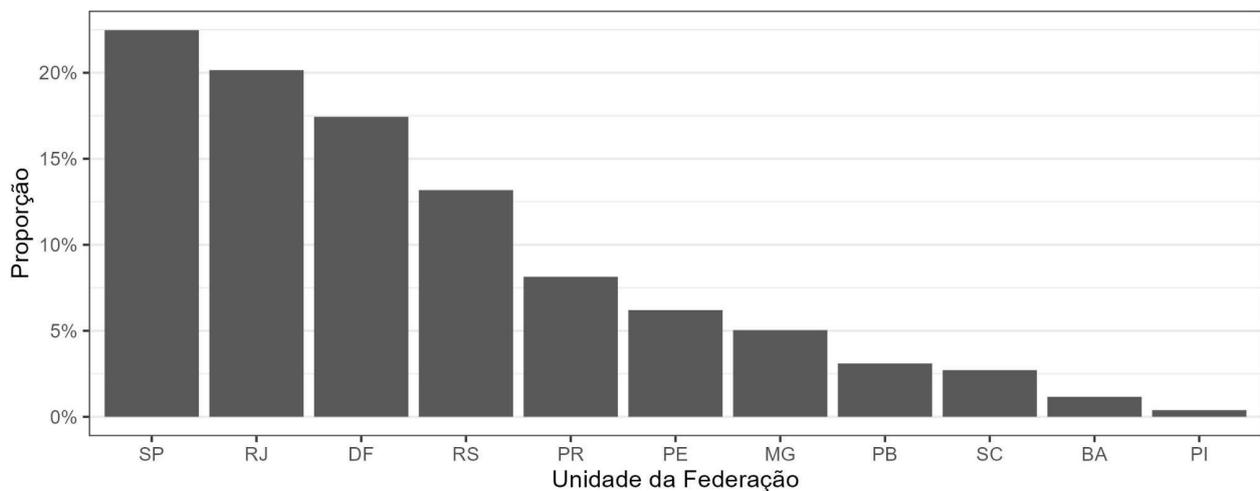
Tal fenômeno pode ser verificado não apenas em números absolutos, que podem aumentar ou diminuir conforme o número de pós-graduandos muda,



dadas as dinâmicas educacionais e de financiamento da pesquisa no país. Em termos percentuais, dentro de todos os casos defendidos em Ciência Política e Relações Internacionais, mais de 4% dos trabalhos abordaram o Regionalismo no período de maior protagonismo internacional do Brasil. Em 2021, esse percentual foi reduzido para menos de 2% do que foi produzido na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Além dos contrastes vistos na evolução cronológica, a distribuição dos casos entre os estados brasileiros também chama a atenção. A Figura 2 demonstra que a amostra está fortemente concentrada no eixo Sul-Sudeste e em Brasília. Em especial, destaca-se que mais da metade da produção sobre regionalismo provém de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Em paralelo, apenas 4 estados do Nordeste e nenhum do Norte foram registrados na base.

Figura 2. Distribuição de dissertações de mestrado e teses de doutorado por UF (1987-2021) na área de Ciência Política e Relações Internacionais contendo Regionalismo, Integração Regional ou Inter-regionalismo no resumo



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Essa distribuição geográfica se reflete nos PPGs que tiveram maior produção acadêmica sobre o Regionalismo ao longo da série histórica. Com 35 trabalhos, o PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) lidera essa frequência, seguido pelo PPG em Relações Internacionais da UnB (32 trabalhos) e pelo PPG em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA (21 trabalhos).

A Tabela 1 apresenta os PPGs em que houve 10 ou mais produções de pós-graduação na área, dentro de um total de 42 Programas. Convém destacar que



há um grande número de trabalhos produzidos pelo Instituto Rio Branco, órgão de formação dos diplomatas do Ministério de Relações Exteriores. Isso mostra que há contribuição relevante e pesquisas feitas fora do ambiente estritamente universitário.

Tabela 1. PPGs com produção igual ou maior que 10

PPG	Universidade	UF	Frequência
Relações Internacionais	UNESP/UNICAMP/PUC-SP	SP	35
Relações Internacionais	UnB	DF	32
Integração Contemporânea da América Latina	UNILA	PR	21
Ciência Política	UFPE	PE	16
Estudos Estratégicos Internacionais	UFRGS	RS	13
Diplomacia	IRBr	DF	12
Relações Internacionais	PUC-Rio	RJ	11
Relações Internacionais	USP	SP	10

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES.

A respeito do conteúdo das dissertações e teses, a Figura 3 indica quais regiões foram objeto de estudo na pós-graduação brasileira. Aqui foi feito um recorte para os trabalhos que mencionavam nominalmente um bloco regional, pois alguns casos não investigam blocos específicos. Assim, há preponderância de análises sobre a região latino-americana, na qual o Brasil se insere e que é a principal área de ação de sua política externa.

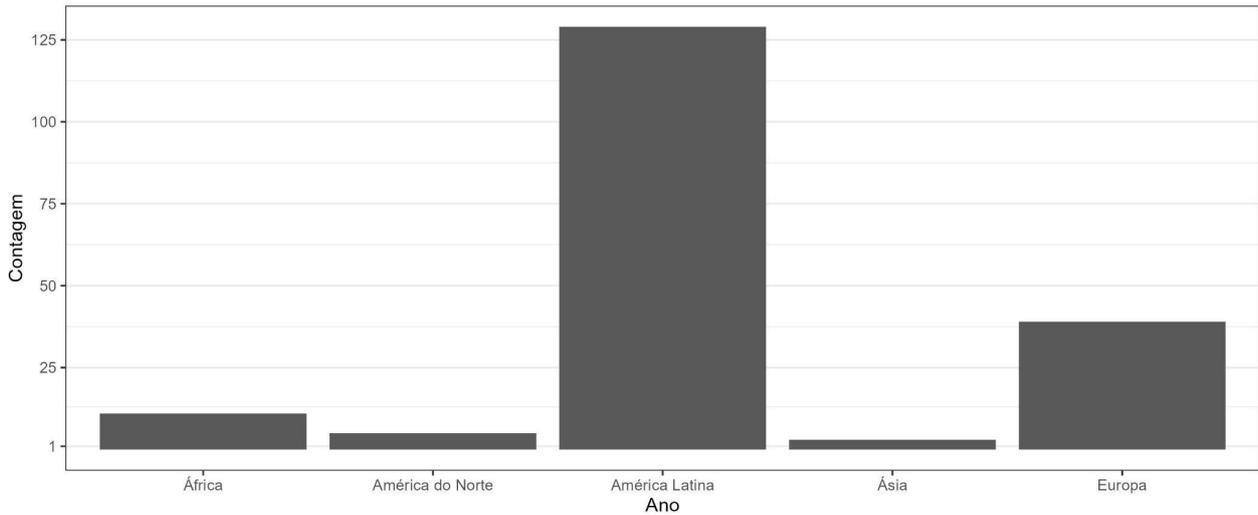
A divisão em 5 regiões se deu baseada nos próprios objetos de estudo das dissertações e teses. A que teve mais ocorrências foi a América Latina e notou-se um uso inconstante em torno de “América Latina” e “América do Sul”. Inclusive, há casos em que os dois termos aparecem no mesmo trabalho para designar a mesma região. Dessa maneira, ambas as expressões tendem a ser consideradas equivalentes, ainda que conceptualmente se refiram a realidades distintas.

Uma das explicações para essa variação é o emprego desses termos nos discursos da diplomacia brasileira, que historicamente utilizou os dois termos conforme seus projetos estratégicos para a região. A perspectiva a partir do Brasil é vista também no uso de expressões como “Amazônia”, “Cone Sul” e “Bacia do Prata”, que destacam a localidade do país dentro da América Latina.





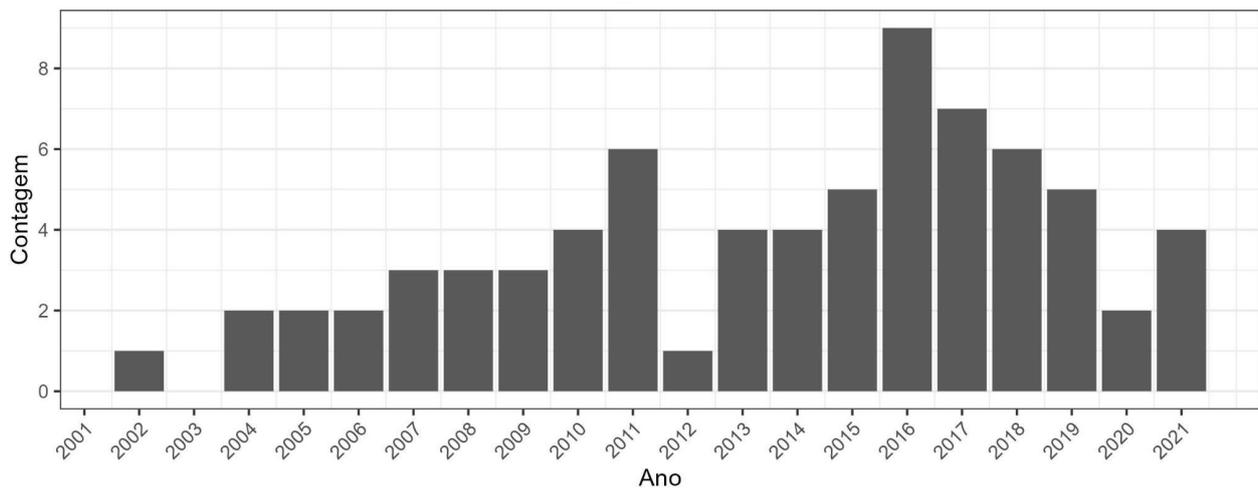
Figura 3. Quantidade de menções a blocos regionais nos resumos, por região



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Isso se reflete na grande presença de estudos que conjugam Regionalismo com Política Externa – particularmente Política Externa Brasileira. Na Figura 4, é vista a frequência de casos que mencionam “política externa” nos seus resumos, seguindo padrão semelhante ao visto na distribuição da amostra, isto é, de crescimento até 2016, seguido por decréscimo na quantidade.

Figura 4 – Trabalhos com menção a “Política Externa” nos resumos



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

A partir dessa perspectiva, analisamos quais blocos foram pesquisados dentro de cada região, destacando que um mesmo trabalho pode abordar mais de um bloco. Em primeiro lugar, América do Norte e Europa não apresentam variação. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a União

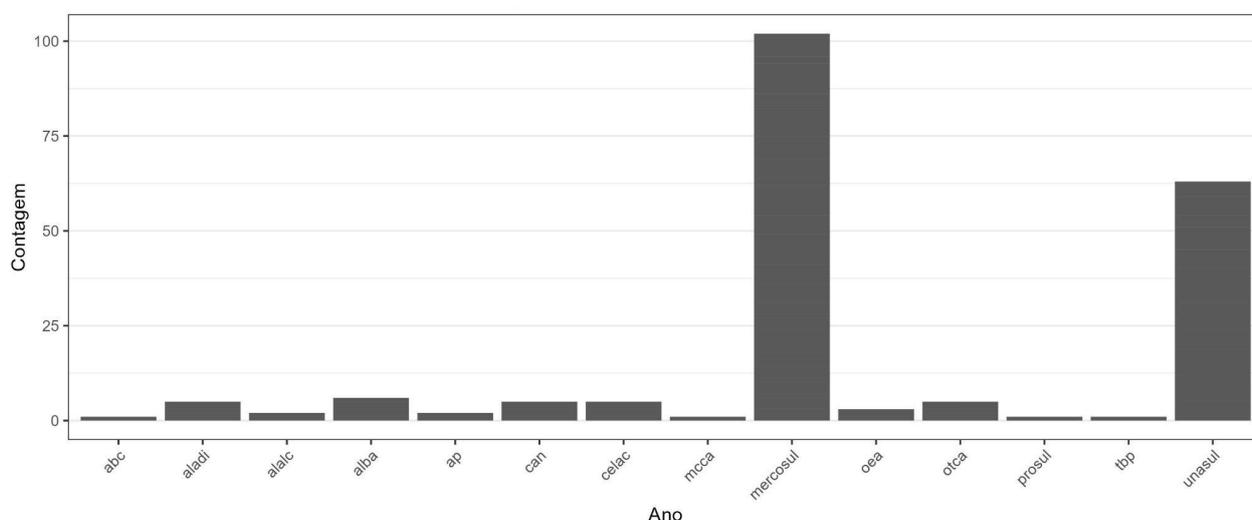




Europeia (UE) (incluindo aqui suas predecessoras como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço – CECA e a Comunidade Econômica Europeia – CEE) são os únicos blocos estudados em suas respectivas regiões. Por outro lado, as demais regiões abrangeram um número maior de iniciativas regionais, conforme discutido a seguir.

Conforme a Figura 5, dentro da América Latina, o Mercosul e a UNASUL (incluindo dois projetos de destaque: Conselho de Defesa Sul-Americano; e Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) foram objeto de maior produção. Em que pese os estudos sobre outros projetos, inclusive históricos, como Pacto do ABC e Tratado da Bacia do Prata, aqueles dois arranjos tiveram maior preponderância na política externa brasileira no século XXI e isso se refletiu em ser o tema de maior preocupação universitária. Por esse motivo, foram estudados sob distintas perspectivas e abrangendo vários tópicos dentro de suas realidades.

Figura 5. Trabalhos distribuídos por blocos latino-americanos mencionados nos resumos



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

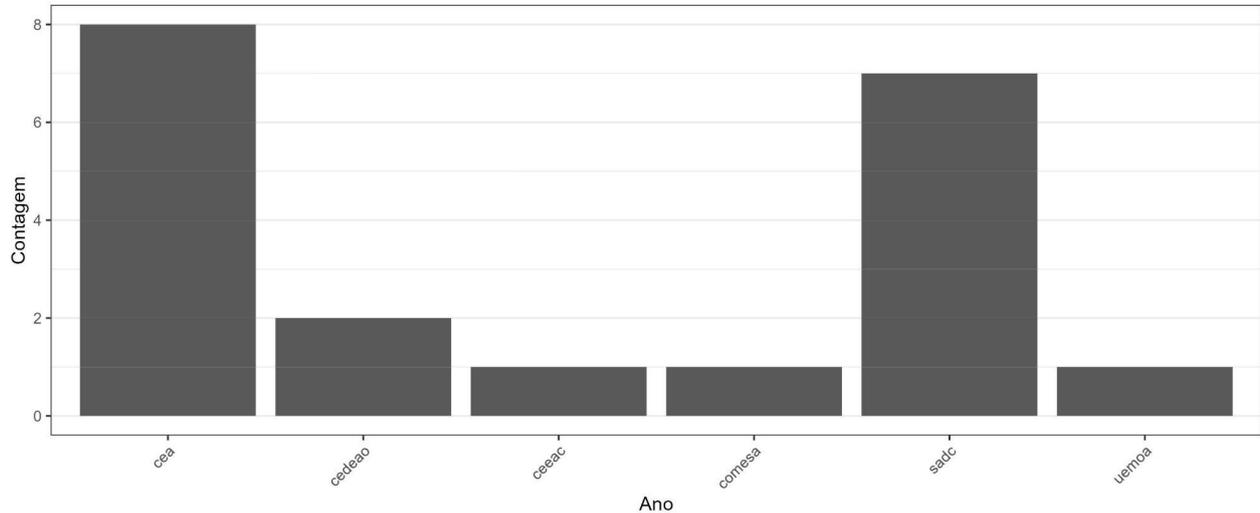
A respeito de Regionalismo africano, também há diversidade de blocos estudados, contabilizando 6 iniciativas vistas na Figura 6: Comunidade Econômica Africana (CEA); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Por fim, há 3 blocos asiáticos analisados: Associação das Nações do Sudeste





Asiático (ASEAN); Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC); e Parceria Trans-Pacífico.

Figura 6. Trabalhos distribuídos por blocos africanos mencionados nos resumos



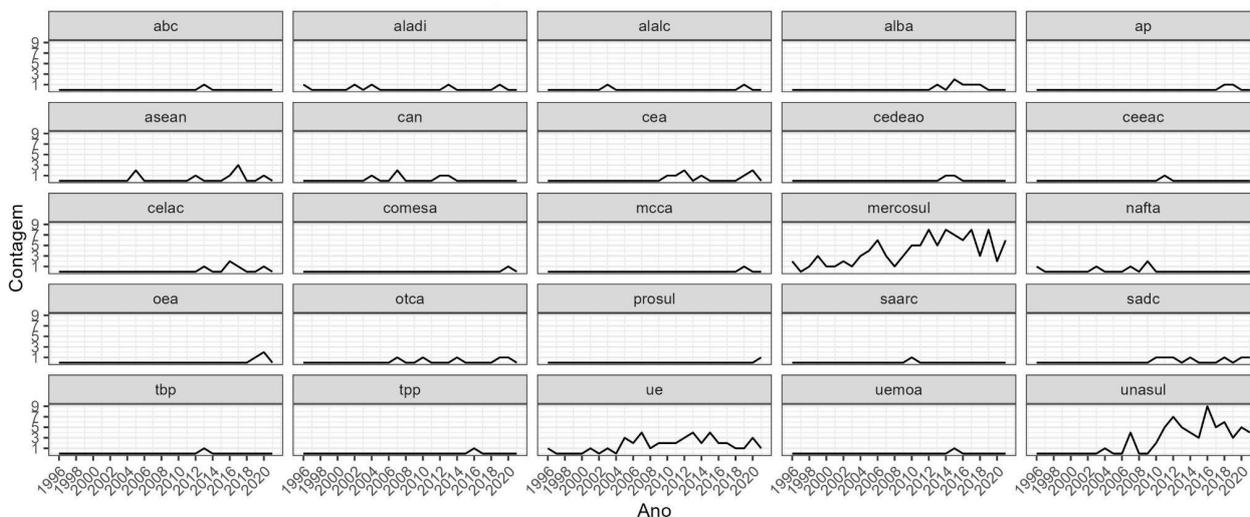
Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Ao comparar longitudinalmente na Figura 7, as três iniciativas que mantêm constante presença nos estudos de Regionalismo são Mercosul, UNASUL e União Europeia. Tratando particularmente do Mercosul, com exceção de 1997, não houve um ano em que não houvesse a defesa de uma tese ou dissertação a respeito desse bloco. Em relação aos demais, apresentam produção inconstante, com intervalos de anos em que não há registro de trabalhos a respeito. Sendo assim, tal fato aporta evidência para compreender quais são os polos temáticos de preocupação acadêmica dentro do Regionalismo no Brasil. Isto é, os dois blocos priorizados pela política externa brasileira e a União Europeia, que é um ator crescentemente estudado por seu caráter *sui generis* nas Relações Internacionais.





Figura 7. Trabalhos distribuídos por blocos mencionados nos resumos



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Outro aspecto que se destaca nesse levantamento é o uso de conceitos. A palavra “integração” aparece 699 vezes nos resumos, ao passo que “regionalismo” aparece 106 vezes. São os dois conceitos tradicionalmente usados para definir o fenômeno próprio da área, mas empregados com frequência distinta. Isso levanta questões importantes sobre qual é a perspectiva teórica empregada em cada trabalho, na medida em que preferência pelo uso de “integração” ou “regionalismo” apontam para perspectivas teóricas distintas.

A esse respeito, a leitura dos resumos indicou que menos da metade das dissertações e teses menciona explicitamente uma teoria. Isso sugere que a maioria da produção científica sobre Regionalismo não apresenta, nos resumos, um quadro teórico para estruturar sua pesquisa. Lembra-se que esse achado ocorre a partir da interpretação do que está claramente colocado nos resumos, pois não foi possível conduzir a análise dos textos integrais, ou seja, as dissertações e teses podem empregar teorias, mas não explicitar seu uso nos resumos.

Entre os trabalhos que mencionaram abordagens teóricas, as mais comuns foram Construtivismo, Neofuncionalismo, Institucionalismo Histórico e Complexos Regionais de Segurança. Contudo, um grande número de outras abordagens são mencionadas, indicando um crescente pluralismo teórico na pós-graduação brasileira.

Padrão semelhante é encontrado a respeito de métodos e técnicas de pesquisa. Menos da metade dos trabalhos indicam o método utilizado nos seus resumos, o que também demonstra que os pós-graduandos majoritariamente optam por não





indicar essas informações nos resumos de seus trabalhos. Dentro do conjunto dos que indicaram os procedimentos de pesquisa (71 casos), há amplo uso de métodos qualitativos, sendo os trabalhos quantitativos em número reduzido. Há destaque para a indicação de uso de entrevistas, estudos de caso, análise de documentos e *process tracing*.

Observando o conjunto de casos, foi mencionado que a maioria não indica o método e a teoria utilizados. Entretanto, entre os que indicam nem sempre mencionam ambos, isto é, podem mencionar uma teoria sem o uso de método, ou o método sem o uso de teoria. Outras pesquisas já indicaram que a produção científica brasileira nas Ciências Humanas segue esse padrão (Soares 2005; Medeiros et al 2016; Carvalho, Gabriel e Lopes 2021; Lopes, Nicolini e Carvalho 2022).

Dessa forma, apesar de teoria e método serem tradicionalmente considerados instrumentos essenciais para performar pesquisa científica, esses elementos não aparecem nos resumos analisados. Ademais, apesar de não ter sido sistematizado nesta investigação, muitos resumos tampouco apresentam hipótese e/ou pergunta de pesquisa. Ainda que essas informações possam constar ao longo dos textos das dissertações e teses, a escolha por não explicitá-las nos resumos chama a atenção.

Frente ao exposto, percebe-se que a produção acadêmica acompanha as dinâmicas e estratégias da política externa brasileira, com foco nos blocos sul-americanos. Assim, nota-se que os estudos sobre África e Ásia são ainda reduzidos no Brasil. Ademais, o levantamento feito até aqui identificou profundas desigualdades nos trabalhos produzidos no país, em termos de distribuição entre as UFs na concentração em algumas universidades.

Nesse contexto, futuros trabalhos podem aprofundar as análises a respeito das estruturas de produção do conhecimento, observando variáveis como gênero, classe social e acesso a bolsas de pesquisa, que impactam como a pesquisa é desenvolvida.

A produção acadêmica sobre Regionalismo no Brasil: dimensão qualitativa

A história dos PPGs em Relações Internacionais no Brasil, amplamente analisadas por Santos e Fonseca (2009), é relativamente recente. Com exceção dos PPGs em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e da





Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), criados no final da década de 1980, os demais PPGs em Relações Internacionais são posteriores ao ano 2000. Como apontam Santos e Fonseca (2009), o edital San Tiago Dantas de Apoio ao Ensino de Relações Internacionais, lançado pela CAPES em 2000, e o Programa Renato Archer de Apoio à Pesquisa em Relações Internacionais, lançado em parceria entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério de Relações Exteriores em 2006, são fatores que explicam a ampliação do número de PPGs em RI no Brasil a partir dos anos 2000.

Como não poderia deixar de ser, o contexto de construção da pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil impactou substantivamente como a agenda do Regionalismo se desenvolveu. Os primeiros trabalhos sobre Regionalismo em PPGs em RI são quatro dissertações de mestrado defendidas em 1996 no PPG em Relações Internacionais da PUC-Rio⁴. Todos eles ilustram uma das características marcantes dos estudos sobre Regionalismo nos PPGs em RI no Brasil: foco nos processos da América do Sul e uma preocupação em pensar a relação entre regionalismo e a liberalização comercial.

Ao longo dos anos 1990, a agenda da política externa brasileira foi amplamente marcada pelo processo denominado pela CEPAL (1994) como Regionalismo Aberto. Tratava-se de um momento em que se pensava o regionalismo e os processos de integração regional como parte de uma estratégia mais ampla de liberalização comercial e inserção na economia globalizada. Para o Brasil, especificamente, o regionalismo era parte da estratégia de consolidação da democracia e da inserção na “economia globalizada”. O debate sobre a participação brasileira na ALCA e a construção do Mercosul foram centrais na agenda da PEB.

Assim sendo, as discussões sobre os impactos da liberalização comercial e dos processos de integração regional conformam o primeiro dos dois eixos que caracterizam a produção científica sobre Regionalismo entre a década de 1990 e início dos anos 2000. Notadamente, havia uma marcada preocupação em pensar o tema desde a perspectiva dos atores não governamentais, especialmente desde a perspectiva da indústria, dos sindicatos, dos partidos políticos, dos governos subnacionais e outros atores da sociedade civil. Importante destacar a

4 Faz-se referência às seguintes dissertações de mestrado: *i)* As Américas e a Globalização: Alternativas e Estratégias de Inserção Internacional da América Latina nos Anos 90; *ii)* Serviços Financeiros no Brasil: Liberalização Multilateral e Regional; *iii)* A Relevância das Variáveis Exógenas na Construção do Mercosul; e *iv)* A Dinâmica da Liberalização Comercial dos Países-Membros da Associação Latino-Americana de Integração e a Difusão do Regionalismo Aberto: Impactos sobre o Intercâmbio Comercial Recíproco.





produção resultante dos seminários realizados pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e a Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que resultaram em uma série de publicações com destaque para Zylberstajn et al (1996), Vigevani (1998) e Vigevani e Lorenzetti (1998).

Nos PPGS em Relações Internacionais e Ciência Política, como exemplo desse eixo, para além das quatro dissertações defendidas em 1996 no PPG em Relações Internacionais da PUC-Rio citados acima, tem-se a dissertação de mestrado “Percepções e ações do empresariado industrial brasileiro no contexto do Mercosul”, defendida em 1999, também no PPG da PUC-Rio; e a Tese de Doutorado “As Políticas Domésticas e a Negociação Internacional: o caso da Indústria automobilística no Mercosul”, defendida em 1999 no PPG em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP).

O segundo eixo refere-se à agenda de pesquisa dedicada aos aspectos institucionais das iniciativas de integração regional em que o Brasil estava inserido, orientada majoritariamente pelas teorias europeias da integração regional, a saber, o Neofuncionalismo (Niemann e Schmitter 2009) e o Intergovernamentalismo Liberal (Moravcsik e Schimmelfennig 2009). Um exemplo dessa agenda foi o esforço de publicação, no número 80 da revista Lua Nova, do artigo “A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional”, de autoria de Phillipe Schmitter (2010), que ilustra de forma clara a lógica desses estudos que assumiram o “modelo europeu” como modelo normativo para o regionalismo na América do Sul e demais regiões do mundo.

Na produção dos PPGs, exemplo deste eixo são as dissertações de mestrado intituladas “A Estrutura Institucional do Mercosul”, defendida em 1998 no PPG em Ciência Política da USP e “A Institucionalidade do Mercosul: Impasses e Oportunidades das Estruturas Intergovernamental e Supranacional”, defendida em 1999 no PPG em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

A Figura 8, apresenta uma nuvem de palavras⁵ elaborada a partir dos resumos das dissertações e teses defendidas entre 1996 e 2004. Nela está clara a relevância de termos como “Mercosul” e “Integração Regional” que, somados à presença dos termos “comércio”, “Europeia” e “institucional”, evidenciando os dois eixos elencados acima.

5 Nuvem de Palavras é uma representação visual de um conjunto de palavras em que a frequência ou relevância de cada termo é indicada pelo tamanho de sua fonte.





Figura 8. Nuvem de Palavras – Dissertações e Teses defendidas entre 1996 e 2004



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

De uma maneira geral, esse período ofereceu uma contribuição essencial para a consolidação dos estudos sobre regionalismo no Brasil, contribuindo para o debate sobre o papel estratégico das iniciativas regionais no processo de inserção internacional do Brasil, com um olhar crítico aos efeitos da liberalização comercial. Nota-se que o foco esteve nas questões regionais da América do Sul, sem a presença de trabalhos analisando experiências de outras regiões do mundo, com exceção do processo de integração europeu que, neste momento, foi estudado enquanto paradigma político e normativo.

Com a chamada “Onda Rosa” na América Latina (Lievesley e Ludlam 2009) e o lançamento do que consensuou-se chamar “Regionalismo Pós-Hegemônico” (Riggirozzi e Tussie 2012) ou “Regionalismo Pós-Liberal” (Sanahuja 2009), as iniciativas regionais passaram por transformações profundas. Segundo Riggirozzi e Tussie (2012), foi estabelecido um novo consenso em torno do regionalismo e da integração regional caracterizado pelo retorno da agenda do desenvolvimento e pela construção de novas formas de cooperação regional, firmado em relações menos formais e com protagonismo de organizações sociais. Veiga e Ríos (2007) e Sanahuja (2009) apontam que se estabeleceu um novo entendimento sobre como os processos de integração regional deveriam acontecer, marcado por uma maior preocupação com as dimensões sociais do desenvolvimento; com o tratamento das assimetrias entre os Estados; e com a ampliação da participação de atores sociais, no sentido de dotar os processos regionais de maior legitimidade social.

É nesse contexto que se implementou o relançamento do Mercossul, a criação da Aliança Bolivariana para o Povos da Nossa América/Tratado de Comércio dos Povos (ALBA/TCP) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A despeito



da avaliação do sucesso e limites destas iniciativas, que fogem do escopo deste artigo, é fato que o regionalismo latino-americano neste período, para além da sua tradicional dimensão econômico-comercial, assumiu uma face social e de governança política mais ampla.

A produção nos PPGs em Relações Internacionais refletiu essa mudança, conforme ilustra a Figura 9. De um lado, do ponto de vista do objeto das pesquisas, nota-se um crescente interesse em avaliar essas novas iniciativas regionais, com destaque para os estudos sobre a UNASUL. De outro, houve a inserção de temas não-comerciais – dimensão política, combate às assimetrias, cooperação para o desenvolvimento, cultura, educação e outros – nas discussões sobre o Mercosul e o regionalismo como um todo.

Como exemplo, já em 2005 nota-se a emergência de uma agenda de pesquisa vinculada de maneira mais enfática nos aspectos não comerciais dos processos de integração. No PPG em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) foi defendida a Dissertação “Integração Regional, Democracia e o Caso do Mercosul”; e no PPG em Relações Internacionais da UnB, a dissertação “A Proteção Social aos Trabalhadores no Mercosul: Da Lacuna Inicial ao Acordo Multilateral de Seguridade Social”.

Figura 9. Nuvem de Palavras – Dissertações e Teses defendidas entre 2005 e 2021



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.

Ademais, é neste momento que se iniciam estudos sobre outras regiões do mundo, com destaque para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), conforme Figura 7. As dissertações “O regionalismo asiático revisitado: Impactos para a Asean da emergência da China pós-Deng”, defendida em 2005 no PPG em Ciência Política

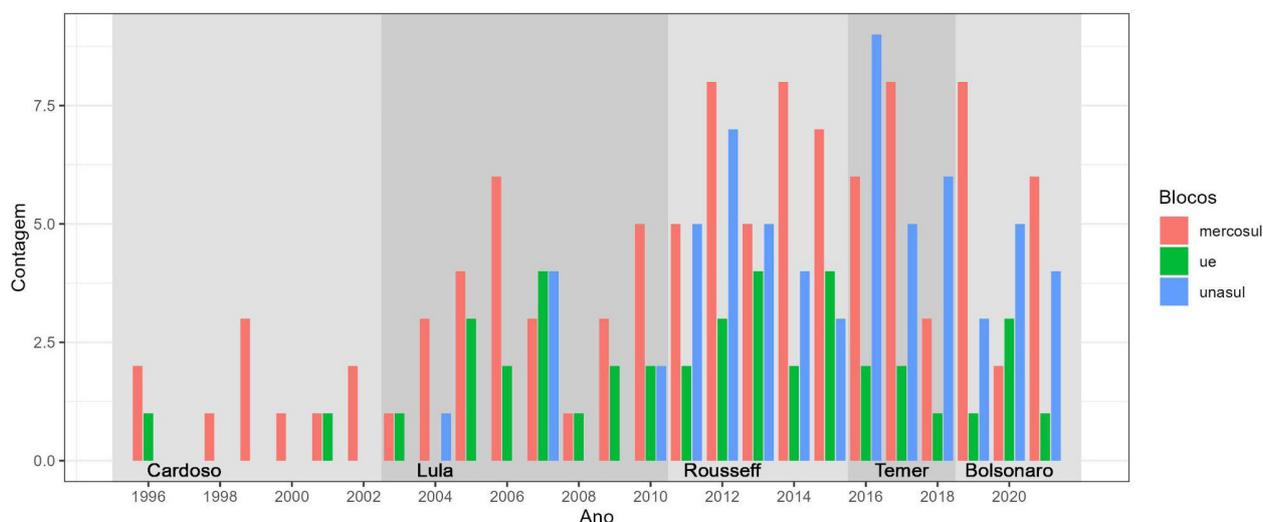


da USP, e “A integração regional na África Austral: obstáculos e oportunidades (1980-2008)”, defendida em 2010 no PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) são ilustrativas desse tímido movimento na agenda dos estudos sobre regionalismo.

De toda forma, do ponto de vista dos blocos regionais estudados, nota-se que há uma relativa continuidade entre as duas fases, com predominância de estudos das iniciativas sul-americanas e da União Europeia, conforme demonstra a Figura 10 abaixo. A principal variação é a crescente presença de estudos sobre a UNASUL após 2004, sem, no entanto, comprometer o protagonismo do Mercosul. Entendemos que tal característica reflete as prioridades da política externa brasileira, que teve a integração sul-americana como eixo central da sua ação externa. O interesse estável pela UE se explica, em larga medida, por ser considerada experiência de referência nos estudos do regionalismo.

Ao observar a produção sobre Mercosul, UNASUL e UE distribuída pelos governos brasileiros, nota-se que há uma crescente produção atingindo seus maiores quantitativos nos governos de Dilma Rousseff e Michel Temer. No entanto, é importante considerar que a análise observa o ano de defesa da dissertação ou tese. Portanto, as motivações iniciais apresentadas no projeto e o desenvolvimento da pesquisa podem ter surgido em período anterior ao governo durante o qual foi apresentada.

Figura 10. Quantidade de trabalhos que mencionam Mercosul, União Europeia e Unasul. Número de Dissertações e Teses Defendidas por ano (1987 – 2021) na área de Ciência Política e Relações Internacionais



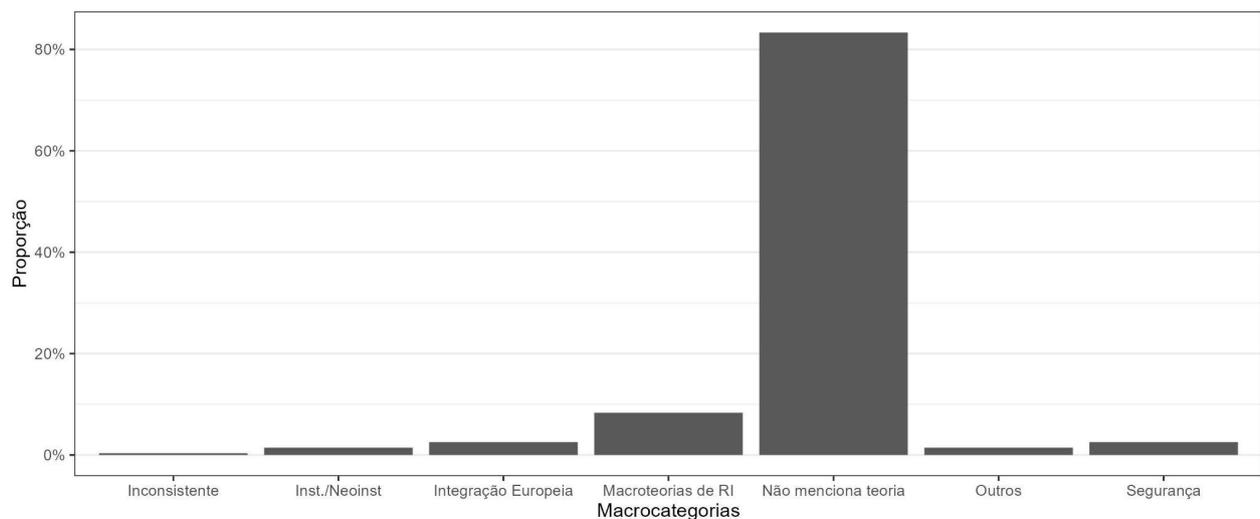
Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.



Ainda sobre os objetos de estudo dos trabalhos sobre regionalismo, é importante considerar a existência de trabalhos que, ainda que quantitativamente menores, se propuseram a um diálogo entre os estudos sobre regionalismo e os estudos de defesa, cujo foco esteve majoritariamente nos avanços da cooperação nuclear entre Brasil e Argentina e na experiência do Conselho de Defesa Sul-americano no âmbito da UNASUL. A tese “Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul”, defendida em 2010 no PPG em Ciência Política da USP, e a dissertação “A Formação de uma Comunidade de Segurança na América do Sul”, defendida em 2010 no PPG em Relações Internacionais da UnB, são exemplos dessa agenda.

Do ponto de vista teórico, como já citado, não há indicação de abordagem teórica na maioria dos resumos. Como ilustra a Figura 11, naqueles em que há referência de abordagem teórica, a maioria indica paradigmas tradicionais das Relações Internacionais, como Liberalismo, Realismo e Construtivismo. De maneira específica às teorias do campo do regionalismo, nota-se que as teorias da integração europeia e o (neo)institucionalismo são as mais utilizadas. Por fim, ainda que sejam numericamente menores, nota-se que os estudos que abordam temas de segurança indicam de maneira mais clara as teorias da área, notadamente, abordagens vinculadas ao conceito de complexos regionais de segurança.

Figura 11. Proporção de trabalhos distribuídos por macrocategorias teóricas indicadas no resumo



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Catálogo de Tese e Dissertações – CAPES.



Contemporaneamente, nota-se o início tímido de estudos vinculados às abordagens do campo do regionalismo comparado, que partem de uma crítica ao potencial analítico das teorias europeias da integração. Notadamente, a dissertação “Entre as pegadas do dragão e os mapas do sudeste asiático: as relações entre Beijing e a ASEAN no campo da segurança regional”, defendida em 2017 no PPG em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); e a tese “ Overlapping organizations, political crises, and coexistence: complementarity and fragmentation in south america and african regionalisms”, defendida em 2020 no PPG em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP).

Atualmente, as pesquisas sobre Regionalismo no Brasil passam por um momento de redefinição. A baixa prioridade dada pela Política Externa Brasileira, a partir de 2016, aos temas do regionalismo e da integração regional refletiu no baixo interesse acadêmico pelo tema, que terá reflexos no número de dissertações e teses defendidas na subárea em 2024 e nos próximos anos. Ao mesmo tempo, as múltiplas crises que vivem o sistema internacional e a crescente importância que as relações regionais e inter-regionais tem assumido, indicam a permanência, se não crescente, relevância do regionalismo como subárea de estudos nas Relações Internacionais.

Conclusões

Diante do exposto, foi possível identificar a evolução dos estudos de Regionalismo no Brasil e as principais tendências que estruturaram o campo nas últimas décadas. Dessa forma, diante da redução do número de pesquisas sobre Regionalismo nos últimos anos, parece que a retomada de uma agenda de estudos do regionalismo perpassa, majoritariamente, por cinco principais desafios.

Primeiramente, a necessidade de pensar o regionalismo em um contexto de múltiplas crises internacionais. Nesse sentido, uma agenda de pesquisa dedicada a pensar o papel do regionalismo junto aos mais diversos temas e iniciativas da agenda internacional, em uma perspectiva vinculada à ideia de governança regional: Agenda 2030; novas tendências do regime internacional de comércio, proteção da democracia, enfrentamento da emergência climática, preservação da Amazônia, e outras;





Um segundo desafio diz respeito à dimensão teórica. Já há um consolidado debate que aponta os limites das teorias da integração europeia como modelo normativo e/ou analítico para os estudos sobre as demais regiões do mundo. Assim, é central ampliar os esforços de diálogo da produção dos PPGs brasileiros com a abordagem do Regionalismo Comparado. Isso significa que é preciso ampliar os estudos sobre as experiências e blocos regionais africanos e asiáticos, mas, sobretudo, engajar a agenda de pesquisa brasileira em estudos comparados e sobre inter-regionalismo.

Em terceiro lugar, a questão metodológica das pesquisas na área deve avançar, em linha com o que tem ocorrido na área de Ciência Política e Relações Internacionais no mundo. Como já indicado neste artigo, a dimensão metodológica é uma das principais carências da produção em Relações Internacionais no Brasil. Seja em pesquisas quantitativas, qualitativas ou mistas, o fato é que se se pretende que a produção de conhecimento na área de Regionalismo no Brasil tenha projeção e impacto internacional, é central investir na formação metodológica na pós-graduação.

O quarto desafio é a demanda prática por financiamento à pesquisa. Diante das limitações nos orçamentos universitários e das agências de fomento, há limitações estruturais para financiar pesquisas de referência no Brasil, ampliando e democratizando o acesso à pós-graduação.

Por fim, é preciso criar mecanismos de ampliação da interlocução entre a produção acadêmica brasileira na área de regionalismo, o governo brasileiro e os demais setores da sociedade civil. Nesse sentido, nos parece que uma agenda de pesquisa voltada ao monitoramento e avaliação das iniciativas regionais, de forma a oferecer insumos e subsidiar a ação de atores do governo e da sociedade civil comprometidos com o regionalismo e com a integração regional na América do Sul é um caminho possível e potencialmente promissor.

A pesquisa feita aqui mostra que a produção dos pós-graduandos não está desconectada da prática da política externa e tampouco é um esforço puramente teórico. Pelo contrário, o artigo apontou que são pesquisas aplicadas a investigar temas relevantes e presentes para a sociedade. Dessa forma, faz-se necessário aprofundar atividades de divulgação científica e de diálogo com a sociedade sobre o que é descoberto nas pesquisas sobre Regionalismo e como podem contribuir para sociedade civil, atores privados e governo.

Por fim, este artigo encerra com sugestões para futuras pesquisas, avançando em compreender como se dá a construção do conhecimento no Brasil. Um dos





aspectos é identificar os impactos do financiamento da pós-graduação no Brasil, analisando se os cortes podem reduzir o interesse de indivíduos se dedicarem a mestrado e doutorado – explicando, assim, o declínio das produções nos anos mais recentes. Ademais, a falta de recursos financeiros pode ser uma explicação para a preponderância de pesquisas de Regionalismo centradas na atuação do Brasil, pois dificultaria a realização de trabalhos de campo em outros países.

Referências

- Bhattacharya, Caroline; Hart, Gavin; Haughey, Sean; Bates, Stephen Holden; and Meakin, Alexandra . 2021. “Authorship & Topics in Three Parliamentary Studies Journals: A Bibliometric Analysis, 1996–2021.” PSA Parliaments Working Paper Series, 02-2021. Accessed at < https://psaparliaments.org/working_papers/ > on 4 November, 2021.
- Börzel, Tanja A; Risse, Thomas (eds). 2016. *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press.
- CAPES. *Catálogo de Teses e Dissertações*. Disponível em: < <https://dadosabertos.capes.gov.br/group/catalogo-de-teses-e-dissertacoes-brasil> > . Acesso em: 27 jun. 2023.
- Carvalho, Thales; Gabriel, João Paulo Nicolini; Lopes, Dawisson Belém. 2021. “‘Mind the Gap’: Assessing Differences Between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches.” *Contexto Internacional* 43, no. 3: 461-488.
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina). 1994. *El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe. La Integración Regional al Servicio de la Transformación Productiva con Equidad*. Santiago de Chile: CEPAL.
- Dall’Agnol, Augusto C.; Batista, Ian R; Carvalho, Thales L. 2021. “Apresentação: A Integração Sul-Americana em Tempos de Cólera.” *Revista InterAção* 12, no. 1: 5-17.
- Haas, Ernst B. 1979. El reto del regionalismo. In: Hoffmann, Stanley. 1979. *Teorías contemporáneas sobre las relaciones internacionales*. Madrid: Tecnos.
- Herz, Mônica. 2002. “O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil.” *Contexto Internacional* 24: 7-40.
- Hurrell, A. 1995. Explaining the resurgence of regionalism in world politics. *Review of international Studies*, 21(4), 331-358.
- Lievesley, Geraldine; Ludlam, Steve. 2009. *Reclaiming Latin America: Experiments in Radical Social Democracy*. New York: Zed Books.
- Lopes, Dawisson Belém; Nicolini, João Paulo; Carvalho, Thales. 2022. “200 Years of International Relations in Brazil: Issues, Theories, and Methods.” In *Oxford Research Encyclopedia of International Studies*.





- Medeiros, Marcelo de Almeida; Barnabé, Israel; Albuquerque, Rodrigo; Lima, Rafael. 2016. "What Does the Field of International Relations Look Like in South America?" *Revista Brasileira de Política Internacional* 59: e004.
- Miyamoto, Shiguenoli. 1999. "O Estudo das Relações Internacionais no Brasil: O Estado da Arte." *Revista de Sociologia e Política*, 83-98.
- Miyamoto, Shiguenoli. 2003. "O Ensino das Relações Internacionais no Brasil: Problemas e Perspectivas." *Revista de Sociologia e Política*, 103-114.
- Moravcsik, Andrew; Schimmelfennig, Frank. 2009. "Liberal Intergovernmentalism." In *European Integration Theory*, edited by Antje Wiener and Thomas Diez, 67-87. Oxford: Oxford University Press.
- Niemann, Arne; Schmitter, Philippe C. 2009. "Neofunctionalism." In *European Integration Theory*, edited by Antje Wiener and Thomas Diez, 45-65. New York: Oxford University Press.
- Panke, Diana; Stapel, Sören. 2023. "Overlapping Regionalism Around the World: Introducing the Overlapping Regionalism Dataset." *International Area Studies Review* 26, no. 4: 449-463.
- Pecequilo, Cristina Soreanu. 2017. "Academy Versus Reality: Stagnation or Strengthening?" *Meridiano 47-Journal of Global Studies* 18.
- Rigirozzi, Pía; Tussie, Diana. 2012. *The Rise of Post-hegemonic Regionalism: The Case of Latin America*. New York: Springer.
- Rihoux, Benoît; Álamos-Concha, Priscilla; Bol, Damien; Marx, Axel; Rezsöhazy, Ilona. 2013. "From Niche to Mainstream Method? A Comprehensive Mapping of QCA Applications in Journal Articles from 1984 to 2011." *Political Research Quarterly*, 175-184.
- Rocha, Pedro Diniz. A New Scientometric Database of Scientific Publications in Brazilian International Relations Journals (1997-2021). *Contexto Internacional*, v. 45, n. 1, abr. 2023.
- Sainz, Nilton; Codato, Adriano; Silva, Rodrigo; Clemente, Augusto. 2024. "Separate Tables: Thematic and Methodological Divisions in Brazilian Political Science." *Brazilian Political Science Review* 18, no. 1: e0007.
- Salomón, Mónica; Pinheiro, Letícia. 2013. "Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, Desafios e Possibilidades de um Campo de Estudos." *Revista Brasileira de Política Internacional* 56: 40-59.
- Sanahuja, José Antonio. 2009. "Del 'Regionalismo Abierto' al 'Regionalismo Post-liberal': Crisis y Cambio en la Integración Regional en América Latina." *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe* 7: 37-55.
- Sangalli, Amanda; Kauchakje, Samira. 2021. "Introdução à Bibliometria e Cientometria: Exemplo Prático de Aplicação ao Tema Presidencialismo Latino-Americano." *Revista Política Hoje* 30, no. 1: 87-160.





- Santos, Norma Breda; Fonseca, Fúlvio Eduardo. 2009. “A Pós-graduação em Relações Internacionais no Brasil.” *Contexto Internacional* 31: 353-380.
- Schmitter, Philippe C. 2010. “A Experiência da Integração Europeia e Seu Potencial para a Integração Regional.” *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 9-44.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da Ciência Política no Brasil. *Sociologia, problemas e práticas*, v. 48, p. 27–52, 2005.
- Veiga, Pedro da Motta; Rios, Sandra Polónia. 2007. “O Regionalismo Pós-liberal na América do Sul: Origens, Iniciativas e Dilemas.” *CEPAL*.
- Vigevani, Tullo. 1998. *Mercosul: Impactos para Trabalhadores e Sindicatos*. São Paulo: Editora LTr.
- Vigevani, Tullo; Lorenzetti, Jorge. 1998. *Globalização e Integração Regional: Atitudes Sindicais e Impactos Sociais*. São Paulo: LTr.
- Vizentini, Paulo Fagundes. 2005. “A Evolução da Produção Intelectual e dos Estudos Acadêmicos de Relações Internacionais no Brasil.” In *O Crescimento das Relações Internacionais no Brasil*, 17-32.
- Zylberstajn, Hélio; Rodrigues, Iram Jacome; Castro, Maria Silvia Portela; e Vigevani, Tullo. 1996. *Processos de integração regional e a sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. São Paulo: Paz e Terra.

